

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Tiago Gomes Campos

**A SUBJETIVIDADE ADMINISTRADA PÓS-MODERNA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DA SUA  
EMANCIPAÇÃO**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Luiz Antonio da Silva Peixoto.

Juiz de Fora  
2023

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **TIAGO GOMES CAMPOS**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202072117A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A SUBJETIVIDADE ADMINISTRADA PÓS-MODERNA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DA SUA EMANCIPAÇÃO**, desenvolvido durante o período de MARÇO DE 2023 A JULHO DE 2023 sob a orientação de LUIZ ANTONIO DA SILVA PEIXOTO, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

TIAGO GOMES CAMPOS

### Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# A SUBJETIVIDADE ADMINISTRADA PÓS-MODERNA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DA SUA EMANCIPAÇÃO

Tiago Gomes Campos<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente trabalho é um estudo sobre a subjetividade na pós-modernidade a partir de uma revisão bibliográfica, primordialmente, dos autores Zygmunt Bauman, David Harvey, Pierre Dardot e Christian Laval, Ignacio Martín-Baró e também da obra coletiva de Safatle *et al.*. Para tanto, a metodologia será uma pesquisa exploratória para identificar problemas gerados no período, situado a partir da segunda metade do século XX, sobretudo dando enfoque ao sofrimento psíquico. O objetivo é perceber que o sistema neoliberal, para a sua continuidade, molda uma série de fatores que influenciam a vida dos sujeitos e as relações sociais, inclusive a forma com a qual se enxerga o sofrimento para a produção de sujeitos produtivos; que se esforçam com o intuito de serem bem-sucedidos através do esforço individual. E, ao compreender estes pontos, faz-se necessário pensar em uma emancipação, dado que a subjetividade pós-moderna é administrada para e pela razão neoliberal, que se mantém também com a construção e gestão dos sujeitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pós-modernidade. Neoliberalismo. Subjetividade. Sofrimento. Emancipação.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se dedica a estudar a subjetividade, que em um sentido amplo diz respeito a como somos, àquilo que desejamos e pelo que vivemos, na pós-modernidade, período que como veremos, iniciou-se na segunda metade do século XX, em meio a uma série de transformações econômicas, políticas e sociais. Neste caso, voltar-se-á a pesquisa mais especificamente para o estudo da subjetividade na pós-modernidade partindo da perspectiva das consequências psíquicas, visando contribuir para o descortinamento necessário nas formas de pensar, interpretar e por sua vez agir rumo a atenuar o sofrimento individual e coletivo, para uma emancipação dos sujeitos.

A metodologia adotada para tal pesquisa consiste em revisões de bibliografias de modo exploratório. Para tanto, elencamos inicialmente os aspectos observados como proeminentes quando se trata do sujeito pós-moderno, o que se faz presente de maneira bastante sintética e explicativa na literatura do sociólogo Polonês Zygmunt Bauman em “Modernidade Líquida” (2011). Compreendemos que este sociólogo pode ser potente para a introdução e síntese de diversos temas, dentre os quais está o das características da subjetividade na pós-modernidade.

Bauman é para esta pesquisa uma referência de valor, mas outro intelectual que se observou como fundamental nesta leitura exploratória realizada para o presente trabalho, sobretudo para uma compreensão mais aguçada do contexto histórico e da infraestrutura econômica na qual os sujeitos pós-modernos realizam sua existência é o professor e geógrafo David Harvey, com seu estudo em “Condição pós-moderna” (2008), que agrega de modo valioso à compreensão da fase da modernidade em que se edifica o sujeito que aqui nos é central.

As leituras de Harvey e de outros dois autores, Pierre Dardot e Christian Laval, trouxeram luz para visualizar que o sujeito pós-moderno pode ser compreendido, em suma, como de um certo tipo, que é por seu turno de maneira exímia explicado por Dardot e Laval, ambos pesquisadores, escritores e professores de filosofia, autores da obra “A nova razão do mundo” (2016). Este tipo de sujeito, conforme será visto, é levado a se ver e ver ao outro como se fosse, sobretudo, uma empresa.

No decorrer dos estudos, motivados em entender mais a fundo este sujeito produzido na e pela pós-modernidade, encontramos grandes contribuições em Christian Dunker, Nelson da Silva Junior e Vladimir

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Luiz Antonio da Silva Peixoto.

Pinheiro-Safatle, na obra coletiva recentemente publicada, de título “Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento Psíquico” (2020), escrita por estes pensadores que fazem parte do Laboratório de pesquisas relativas a Teoria Social, Filosofia e Psicanálise da Universidade de São Paulo. O texto fornece um conteúdo rigoroso e interdisciplinar, que revela aquilo que seria uma das formas através das quais se mantém estruturada a subjetividade pós-moderna pelo neoliberalismo: o sofrimento psíquico, tanto na maneira de discutir sobre ele, como no modo de buscar resolvê-lo, veremos.

Esta pesquisa, como supracitado, expõe que há maneiras de manter o sistema neoliberal, e uma delas é a partir da perpetuação de um tipo de sujeito, que por sua vez é levado também a possuir certas maneiras de olhar para si e para o sofrimento. Neste sentido, falaremos da importância de uma retificação de certas maneiras de encarar o sofrimento nos sujeitos. E, em sequência, serão elencadas considerações para a construção de uma subjetividade que não seja limitada àquele tipo produzido pela razão neoliberal, discutindo também a questão da emancipação dos sujeitos que parte de uma forma distinta de compreender o sofrimento, referenciando-nos pelo Filósofo e Psicólogo Social Ignacio Martín Baró, que dedicou sua vida e luta a contribuir para uma realidade menos desigual, e partindo de conclusões contidas em “A nova razão do mundo” (2016).

## 1. BAUMAN E O SUJEITO NA MODERNIDADE LÍQUIDA

A descrição de aspectos do sujeito pós-moderno por muitos autores foi realizada. No entanto, é possível notar, a partir de algumas destas obras, aspectos convergentes, que aqui se concluiu ser importante destacar e elencar, partindo do texto de Zygmunt Bauman “Modernidade Líquida” (2011). Neste tópico, considerando uma relação indissociável entre a construção dos sujeitos e a suas condições históricas para a realização da sua existência, serão descritas algumas características – de maneira mais superficial, a princípio – do período no qual os pós-modernos estão imersos, o da “modernidade líquida”, como veremos.

Para maior elucidação, será apresentado brevemente o período anterior à “modernidade líquida” em uma linha histórica: a “modernidade sólida”, com base no mesmo autor. De maneira concomitante, por sua vez, serão apresentados os aspectos dos sujeitos desta primeira fase da modernidade, para que posteriormente tratemos do sujeito que nos é de interesse primordial: o da modernidade líquida. Neste momento do texto o foco não é discutir questões referentes às condições econômicas em que vivem os sujeitos, mas dado que aqui nos é caro um vínculo entre as mesmas e a construção da subjetividade, notar-se-á menções breves relativas ao assunto, ainda que não de maneira mais detalhada como se objetiva fazer em momentos posteriores.

O termo “líquido”, presente também na obra “Modernidade Líquida”, em Zygmunt Bauman diz respeito a uma figura de linguagem vinculada àquela capacidade da matéria de se moldar facilmente ao recipiente no qual é inserida, em virtude das propriedades contidas neste estado, como as ligações intermoleculares pouco rígidas. Conforme podemos compreender através do pensador, associamos os líquidos à leveza, em razão da sua capacidade de variar em forma e seu transporte facilmente realizável (BAUMAN, 2011, p. 7). O líquido é inconstante, variável, move-se com facilidade, e são aspectos como estes que permitem a correlação com a nova fase da modernidade.

A modernidade pode ser dividida em duas etapas, para Bauman: a modernidade sólida e a modernidade líquida, respectivamente. Na modernidade sólida houve, por meio de processos como a valorização da racionalidade, o desenvolvimento de métodos científicos, da centralidade do homem e da ascensão do protestantismo, sim, um “derretimento” (BAUMAN, 2011, p. 8) da solidez de valores pré-capitalistas, nos quais as “lealdades tradicionais” (*ibidem*) tinham grande importância e os acordos pautados no compromisso com o lucro não se faziam presentes como na modernidade de uma maneira geral passou a ocorrer. E aqui nos cabe a ressalva: não é o intuito dizer que a modernidade sólida não significou ruptura alguma com a tradição. Este derretimento de valores tradicionais, pré-capitalistas, por sua vez, envolveu um processo no qual foram quebrados os elos que uniam os negócios à família e a certos compromissos éticos que dificultavam o cálculo e o lucro, ou o cálculo para o lucro. E, como consequência, com a quebra de elos, passaram a estar os sujeitos suscetíveis às intempéries da nova forma, engaiolados em jaulas de densos metais da nova racionalidade, em uma atmosfera que fez se desmancharem os eventuais resíduos oriundos de uma relação por vezes atritante entre a cultura, ética e economia. Os sujeitos foram paulatinamente conformados, disciplinados, postos nos limites das linhas dos papéis burocráticos

próprios de modo mais categórico desta ordem econômica sobre a qual Weber, em “A ética protestante e o espírito do capitalismo” (2013), dissertou.

Em um processo de individualização, as pessoas da primeira modernidade se tornaram responsáveis pela realização de sua auto-afirmação, imperativamente a eles incumbida. Já neste período não era mais uma estrutura estamental, em que se herdava posições na sociedade, no entanto, os indivíduos buscavam o pertencimento a uma “classe”, por exemplo (BAUMAN, 2011, p. 34), a um grupo, procurando agir de forma adequada, aculturando-se, conformando-se através de relações de imitação (*ibidem*). A “classe” tinha ligações fortes ainda, como esta busca por um pertencimento solidamente existente, viabilizado por processos como o de adesão a uma cultura, imitando padrões de conduta. As ligações na primeira fase da modernidade eram mais semelhantes à estrutura rígida dos sólidos e menos à ligação frágil entre as moléculas dos líquidos.

Na modernidade sólida havia solidez e se buscava conservar, por exemplo, os movimentos simples das atividades dos sujeitos, em suas funções nas fábricas estando disciplinados, mecanizados e organizados. A estabilidade dos cargos, inclusive, era tangível. Um trabalhador “fincando raízes” na empresa de seu patrão era realidade desejada pelos donos dos meios, conforme também compreendemos através do autor polonês. Aquele que estaria mais próximo do que o intelectual jamaicano Stuart Hall chamou de “sujeito sociológico” (HALL, 2006, p. 11), tinha forte vínculo com a classe, interagia com a sociedade e buscava conciliar seus sentimentos subjetivos com o lugar ocupado socialmente. Formado na relação entre ele e os outros ao seu entorno reciprocamente, influenciando e sendo influenciado pelos significados e valores culturais, podemos pensar aqui em uma subjetividade dotada de maior solidez e estabilidade.

Os sujeitos pós-modernos experimentam uma base distinta, bem como um diferente formato de construção de relações com o meio social e diferentes condições nas quais realizam sua existência. A maior “flexibilização”, o descontrole de setores do mercado como o financeiro, a “liberalização” e a “desregulamentação”, por exemplo (BAUMAN, 2011, p. 10), fizeram uma conjuntura mais móvel, mais fluida e instável, em que as relações ocorridas em prédios foram dando lugar, podemos dizer, a relações cada vez mais algorítmicas, viabilizadas pelas novas tecnologias. A incerteza de alguma solidez nas condições para a realização da vida material, na pós-modernidade, passou a ser uma notificação constantemente recebida pelos pós-modernos. Mais difícil ainda passou a ser pensar em “fincar raízes”, por exemplo, em uma empresa até a chegada da aposentadoria, podemos compreender a partir de exposições em Bauman (2011).

A instabilidade, que também está nos cargos, traz a necessidade do sujeito se aprimorar em um ritmo tão alto que o faz ser um constante efêmero potencial de sujeito atualizado. Os sujeitos pós-modernos são aqueles que convivem com a necessidade constante, diária, instantânea de se adaptar e de se esforçar para melhorar sua insuficiência inerente, dado que tudo está sempre líquido a ponto de ser inviabilizante captar uma linha de chegada clara. Na modernidade da incerteza naturalizada, os sujeitos precisam se restabelecer ou se estabelecer cotidianamente (ou instantaneamente), consumindo, inclusive, rumo a angariar uma subjetividade mais atualizada, num contexto de “comparação universal” (BAUMAN, 2011, p. 74).

Bauman (2011) afirma que o sujeito da modernidade líquida possui numerosas autoridades conselheiras pelas quais se norteia. Os conselheiros, as autoridades que Bauman falou, não se preocupam em pensar o bem do sujeito conciliando com o bem dos outros sujeitos. Não interessa falar de política de maneira a tratar dos problemas socialmente vividos. Limitam-se a dizer o que os sujeitos pós-modernos podem fazer para eles mesmos, não para a sociedade, para se moldar melhor, individualizadamente (*ibidem*, p. 63) como em uma “auto-ajuda”.

Em um tempo em que a subjetividade se constrói destrutivamente (se moldando e remodelando), estamos cotidianamente sendo auxiliados quanto a como devemos nos dispor na Sociedade do Espetáculo, em que o que vale é o que é exibido, ainda que isto que é exibido com a finalidade de aparentar algo se torne, em seguida, ultrapassado, precarizado ou fora de moda, indo de dotado de “prestígio” a enquadrado como “vulgar” (DEBORD, 2003, p. 51) assim que é conquistado pelo consumidor.

A caminhada na modernidade líquida “É uma busca constante por um mundo melhor em que todos passam a viver de acordo com seus interesses individuais.” (FELICIANO E PEIXOTO, 2019, p. 66). E no lugar de uma relação de aprendizado mútuo entre os sujeitos, o que vem a ocorrer é a captação de um pelo outro somente para a exaltação de si mesmo, “O eu sendo assim o protagonista de toda cena social” (BIRMAN, 1999, p.168 *apud*. FELICIANO E PEIXOTO, 2019, p. 70). Joel Birman, conforme explicam Patricia de Lourdes Queiroz Feliciano e Tereza Cristina Peixoto, elabora tal enunciação a partir de uma união de

teorias de Debord e Lasch. Para Lash, compreendemos com Feliciano e Peixoto (2019), o sujeito na cultura do narcisismo tem como objetivo um destaque de si mesmo, sua própria glorificação, e a negação da alteridade (FELICIANO E PEIXOTO, 2019, p. 69).

Muito se discute também sobre a culpabilização do sujeito. Nos manteremos, como neste tópico em geral, fundamentados na bibliografia que para este momento é central: a de Zygmunt Bauman, em uma síntese deste aspecto que posteriormente será tratado de forma mais concreta. Na modernidade fluida descrita pelo intelectual polonês, a comparação é universal, as demandas são muitas e a responsabilidade pelo fracasso é exclusivamente do sujeito. O sujeito pós-moderno é constantemente responsável pela permanência de seu fracasso. Caso não se levante diante da tempestade, não atingirá seu objetivo.

O objetivo não é um fim último consistente, mas um degrau escorregadio na escada que leva o sujeito pós-moderno para o lugar que não sabe se e por quanto tempo existe. Querem subir, mas o objetivo é inconsistente, inexato. E se há alguma “falha” ao tentar subir a exaustiva escada, a responsabilidade é somente sua, bem como a busca pela solução. E se os indivíduos pisarem em falso enquanto correm procurando por algum lugar volátil, foi por não terem sido eficazes o suficiente para se organizar de modo a estarem aptos e com os passos mais firmes.

E eles sempre podem melhorar algo. Caso não busque o indivíduo a melhora, a estagnação é culpa somente dele. Os indivíduos de *jure* (BAUMAN, 2011, p. 39) são aqueles que não têm, além de si mesmos, ninguém – ou nada – a culpar pelo seu fracasso. Trazem para si, por não enxergarem outra possibilidade, a responsabilidade pelas suas falhas. Ser um sujeito *jure* “[...] significa não procurar as causas das próprias derrotas senão na própria indolência e preguiça [...]” (*ibidem*). Seus olhos possuem viseiras, análogas àquelas postas em alguns equinos levados a serem utilizados para o trabalho, porém ideológicas, que aos sujeitos impedem de enxergar os problemas sociais que a si e aos outros acometem.

Os sujeitos da modernidade líquida, os sujeitos pós-modernos, estariam constantemente em um mar de indeterminação afogadora e de incerteza de seu futuro nadando em braçadas incansáveis, enxergando somente a si mesmos no espelho d’água da pós-modernidade – líquida –, exibindo-se da forma mais eficaz, consumindo constantemente a fim de acompanhar o que está em vigença prestígio e culpando a si mesmos por seus inevitáveis fracassos, norteando-se ou se motivando por meio do auxílio de sujeitos-autoridades, estes imersos tanto quanto seus aconselhados.

## 2. A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E O SUJEITO PÓS-MODERNO

Acima, quando tratamos de descrever de um modo geral alguns traços observados como proeminentes nos sujeitos pós-modernos, concentrando-nos primordialmente em “Modernidade Líquida” de Bauman, comentamos rapidamente a respeito de temas relacionados às condições para a realização das suas vidas, como quando citamos a incerteza, que se estende às incertezas nos empregos. No entanto, serão dedicadas algumas páginas deste estudo visando contemplar de forma mais central esta discussão, ainda que de maneira por vezes simplista e sem o aprofundamento que o tema merece.

Deste modo, neste tópico trataremos, baseando-nos em exposições de David Harvey em seu livro “Condição pós-moderna” (2008), de um processo que culminou na maior consolidação das condições econômicas do período da pós-modernidade. Falaremos de algumas implicações nas formas de realização da vida dos seres humanos, no que tange a sua subjetividade.

No tópico seguinte abordaremos aquele que seria o tipo de sujeito produzido na pós-modernidade, a partir da obra de Pierre Dardot e Christian Laval em “A nova razão do mundo”. Não objetiva esta parte do texto propor que o sujeito descrito na obra destes autores é uma síntese ou um retrato preciso que contém exata ou somente as características da subjetividade na pós-modernidade que foram destacadas anteriormente a partir do estudo em Bauman, pois isto poderia parecer algo pretensioso. Mas será possível observar aspectos daquele sujeito descrito, no sujeito que Dardot e Laval em sua obra tratam. É válido, por último, acrescentar que pode conter, como há, aspectos que dissonam entre o pensamento de Harvey e o dos autores de “A nova razão do mundo”, e estas discordâncias poderiam talvez constituir reflexões centrais enquanto objeto de um estudo posterior, mas a partir de ambas obras, podemos compreender que é inegável a existência de uma sociabilidade e uma subjetividade coerente com a infraestrutura econômica e com a racionalidade neoliberal na pós-modernidade, produzida e corroborante para a manutenção desta fase, o que para este momento nos é fundamental.

O geógrafo e professor David Harvey, em sua obra “Condição pós-moderna”, publicada ao final da década de 1980, traz importantes considerações a respeito de uma nova forma de sociabilidade, de configuração do espaço e do tempo, de novas relações de trabalho e de um novo regime de acumulação, em um período que representou uma transição para uma nova fase no capitalismo. Adotando uma “linguagem” (HARVEY, 2008, p. 117) que se baseia na escola da regulamentação, o geógrafo considera que há uma relação entre o regime de acumulação de um determinado sistema capitalista e o “modo de regulamentação social e política” (*ibidem*, p. 117).

Um “sistema de acumulação” somente pode se manter se houver um alinhamento entre o regime de acumulação e as regras, as leis, os hábitos, por exemplo, para fazer “[...] todo tipo de indivíduos – capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas e todas as outras espécies de agentes político-econômicos – assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando.” (*ibidem*). Tem de haver, portanto, um modo de regulamentação adequado, para que haja a manutenção de um determinado regime de acumulação.

Para Harvey (2008), um sistema capitalista precisa também, para ser viável, negociar questões relativas ao estabelecimento de preços dos produtos e do controle das forças de trabalho, de maneira que haja lucros ao maior número possível dos donos dos meios de produção. Para lidar com a primeira questão, em suma, para que os preços dos produtos tenham alguma regulação, o geógrafo comenta que nunca foi suficiente uma regulação autônoma, ou natural tal como a da “mão invisível”, em que o mercado encontra por “si só” um certo equilíbrio nos preços. A mão do Estado geralmente entra também para conter as falhas oriundas de ações do mercado, como os danos ambientais e sociais e fornecer, por exemplo, defesa e educação. Conforme segue (HARVEY, 2008, p. 118)

Na prática, as pressões coletivas exercidas pelo Estado ou por outras instituições (religiosas, políticas, sindicais, patronais e culturais), aliadas ao exercício do poder de domínio do mercado pelas grandes corporações e outras instituições poderosas, afetam de modo vital a dinâmica do capitalismo. Essas pressões podem ser diretas (como a imposição de controles de salários e preços) ou indiretas (como a propaganda subliminar que nos persuade a incorporar novos conceitos sobre as nossas necessidades e desejos básicos na vida), mas o efeito líquido é moldar a trajetória e a forma do desenvolvimento capitalista de modos cuja compreensão vai além da análise das transações de mercado. Além disso, as propensões sociais e psicológicas, como o individualismo e o impulso de realização pessoal por meio da auto-expressão, a busca de segurança e identidade coletiva, a necessidade de adquirir respeito próprio, posição ou alguma outra marca de identidade individual, têm um papel na plasmação de modos de consumo e estilos de vida.

Na parte acima elencada, podemos compreender que, de um modo geral, em um sistema capitalista há uma conformação dos sujeitos em seus desejos, por exemplo. É fundamental, para que o capitalismo se mantenha, adequações como na forma de consumo, que melhor contribuam para a manutenção dos lucros dos donos dos meios de produção. A produção da subjetividade e sua relação com a infraestrutura econômica é fundamental para a permanência de um sistema capitalista, como ocorreu com a mobilização para a disseminação também do consumo de massa, passando pela popularização dos automóveis, no século XX (*ibidem*, p. 118).

O sistema capitalista também precisa, para ter viabilidade, de mobilizar a força daqueles que realizarão os trabalhos ativos do processo, colocando o controle fora das mãos dos que realizam a atividade produtiva. Conforme acrescenta o geógrafo (HARVEY, 2008, p. 119)

A disciplinação da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital – um processo a que vou me referir, de modo geral, como “controle do trabalho” – é uma questão muito complicada. Ela envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos

que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais ( a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho.

É necessário, para que se construa sujeitos trabalhadores eficientes para um determinado regime de acumulação, o desenvolvimento de uma sociabilidade que fortaleça e naturalize aspectos que os tornem funcionais para a manutenção da dominação.

Para falarmos de uma “Flexibilização da acumulação” a partir de Harvey (2008), precisamos compreender sob quais circunstâncias gerais o regime de acumulação flexível ocorreu. Com este intuito, falaremos brevemente agora acerca do regime de acumulação anterior: o regime fordista, bem como passaremos por seu limiar, que trouxe a necessidade de uma nova fase.

O fordismo teve seu nascimento simbólico em 1914, ano em que o empresário Henry Ford implantou a jornada de 8 horas pelo valor de 5 dólares aos trabalhadores de sua linha de montagem (HARVEY, 2008, p. 121). Apesar do fato de que a divisão de trabalhos bem delimitada já fosse existente, bem como o uso de tecnologias para a produção, Ford conseguiu elevar os ganhos otimizando a produtividade por meio de uma orientação fixa dos trabalhadores, que agora encontravam-se rigidamente em frente a “esteiras rolantes” que faziam o trabalho chegar ao homem (DE ASSIS GUERRA, 2010, p. 72). Taylor, intelectual de referência até os dias atuais na Administração, contribuiu para com os capitalistas de forma muito expressiva, com sua publicação “Os Princípios da Administração Científica” (HARVEY, 2008, p. 321) que enunciava sobre o aumento da produtividade por meio de uma divisão organizada das funções, com estudos de movimentos para que os trabalhadores pudessem se mover da maneira mais eficiente quanto possível, bem como contribuiu para com a noção de que era favorável a uma maior produtividade uma divisão dos cargos, de forma hierárquica, que ia daqueles que gerenciavam até os que executavam. Taylor teve grande importância com seu tratado que por fim tendia ao aumento dos lucros, mas Ford visualizou, diferente do primeiro, “que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.” (HARVEY, 2008, p. 121).

Ford acreditava que poderia, por meio de medidas corporativas, edificar uma nova sociedade. Tinha a intenção de fornecer tempo e renda para que o homem tivesse condições de consumir em massa (era necessário que um consumo de massa existisse para dar conta de uma produção tão otimizada à época). No entanto, o cuidado fordista para um equilíbrio econômico por meio de medidas corporativas não conseguiu resistir de forma independente às intempéries do capitalismo, tendo, por exemplo, que ser necessário a intervenção do Estado por meio do *New Deal* no governo de Franklin Roosevelt para a recuperação dos difíceis anos que se manifestaram na década 30.

O fordismo não foi de imediato implementado ao redor de todo o mundo. A exemplo, houve a continuidade, por um grande período, da produção artesanal de automóveis predominante na Europa. Para que fosse aceita sua disseminação neste continente, “Foi preciso uma enorme revolução das relações de classe (uma revolução que começou nos anos 30, mas só deu frutos nos anos 50) [...]” (*ibidem*, p. 124). Além disso, novas formas de regulamentação tiveram de ser implementadas para que fosse viável esta forma de produção. Os anos de 1930, que foram quase derradeiros para os capitalistas, trouxeram a necessidade de uma nova forma de compreender a intervenção do Estado, bem como uma organização dos trabalhadores (mais disciplinados para que pudessem fornecer maior eficiência à produção), absorção maior de excedentes



por necessidades produtivas, por infra-estrutura que viabilizasse a produção e o consumo, além de “inúteis gastos militares” (*ibidem*, p. 124).

A partir de adequações de várias nações, através de ações de cunho legislativo, políticos e sociais, por exemplo (além de fatos como a queda de movimentos operários radicais) o fordismo teve os problemas relativos à forma com a qual poderia se manter estável enquanto regime de acumulação paulatinamente resolvidos, tendo seu ápice de consolidação após 1945, como elenca o geógrafo. Realizada esta regulamentação com maior êxito, o fordismo produziu bons resultados, como relativa estabilidade no crescimento econômico, um aumento no padrão de vida e a elevação na produção de carros e eletrodomésticos. Aliado ao Keynesianismo, o fordismo se expandiu mundialmente.

De um modo geral, o Estado desempenhava um papel bastante ativo na economia, com um caráter intervencionista assegurando um respaldo para a manutenção do fordismo, inclusive, com o controle de relações de salários, tornando melhores as condições materiais dos sujeitos e a estabilidade do crescimento econômico (HARVEY, 2008, p. 130).

A abertura ao comércio internacional na Europa forneceu uma maior absorção da produção dos Estados Unidos, e o regime de acumulação fordista, já internacionalizado, também tornou o consumo de massa padronizado globalmente. A padronização do dólar como moeda mundial, por seu turno, colocou os Estados Unidos no centro da economia. O país norte-americano, agora atingindo elevado nível como potência internacional, “[...] agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações.” (*ibidem*, p. 131)

Na década de 1960, “A formação do mercado do eurodólar e a contração do crédito no período 1966-1967 foram, na verdade, sinais prescientes da redução do poder norte-americano de regulamentação do sistema financeiro internacional.” (HARVEY, 2008, p. 135). Os Estados Unidos passaram a ter maior competitividade, sobretudo com o fortalecimento da economia da Europa Ocidental, do Japão e de outros países que se industrializaram. Teve o país norte-americano sua centralidade questionada no regime de acumulação fordista, chegando em um limiar da ruptura do acordo de Bretton Woods (HARVEY, 2008, p. 135), já em 1971 (*ibidem*, p. 155), tornando-se o dólar não mais a referência de taxas de câmbio. Estas, não mais estando referenciadas pelo dólar, tornaram-se oscilantes, o que sinalizava um movimento na contramão da intrínseca rigidez do paradigma fordista. Além do mais, o período acompanhou grandes outras variações econômicas, das quais Harvey (2008) trata. É possível compreendermos, em suma, que o período de mudanças, como as vistas acima, exerceu grande impacto, contribuindo para levar o regime de acumulação fordista a seu limite.

O consumo tinha de acompanhar de maneira estável a produção (lembremo-nos de que a produção de massa era acompanhada de um consumo de massa) e o retorno dos investimentos se baseava primordialmente na produção de bens como eletrodomésticos e carros. Os contratos de trabalho eram também rígidos, como as funções dos trabalhadores nas fábricas. A flexibilidade viável para que aquele regime de acumulação fundamentado na rigidez conseguisse sair de um momento de crise era a impressão de moeda, e foi isto que os Estados Unidos, junto a Inglaterra em 1973, fizeram. Todavia, tal ação gerou efeitos indesejados à economia.

O período foi de grandes problemas econômicos sequenciais, somando-se à alta dos preços do petróleo em 1973, que por consequência trouxe mais dificuldades como a necessidade dos setores da economia pouparem energia, de reformularem sua organização e a maneira como usariam a tecnologia. As dificuldades, bem como a atmosfera de crises intensas, atingiram fortemente a economia, e o processo que culminou em uma flexibilização no capitalismo foi solapante a ponto de que um novo sistema se regulamentasse.

O regime de acumulação fordista já não dava conta de manter uma estabilidade enquanto sistema capitalista. As tensões assolavam vários países, e o processo culminou por levar as nações a se concentrarem em uma nova forma de controle do trabalho, uma nova forma de racionalização, uma nova forma de operacionalização da produção e uma revisão dos nichos da economia que seriam investidos, bem como uma maior automação e uma expansão de multinacionais para regiões de regulamentação do trabalho mais frágeis, para que pudessem ter menos custo e ao mesmo tempo expandir sua produção.

Era necessário que o retorno dos investimentos fosse mais rápido, que as respostas positivas da economia fossem mais ágeis, mas isto não poderia ser feito sem transformações que culminassem em uma ruptura no paradigma fordista. No regime de acumulação fordista, os investimentos eram sobretudo de renda fixa, providos de maior rigidez e regularidade, mas neste novo paradigma, para dar conta de um novo tempo

de giro os investimentos precisavam ter uma maior liquidez (renda variável). Os contratos de trabalho, por sua vez, foram cada vez mais deteriorados também para reduzir os custos de produção e reanimar a economia, gerando como respostas a relutância por parte de trabalhadores que não desejavam a nova síntese.

Neste momento, a ratificar, estamos falando da gênese da pós-modernidade, período que se iniciou a partir de grandes transformações sociais, políticas e econômicas, que diferente do período anterior, caracterizado também pela rigidez associada ao regime de acumulação fordista, falamos agora de um regime de acumulação flexível, que segundo (HARVEY, 2008, p. 140)

[...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Para a abreviação do tempo de giro do capital foram utilizadas novas tecnologias (dando lugar para maior automatização) e a adesão de estratégias como o *just in time*, em produção de escopo e sem a rigidez das caixas nas quais as mercadorias ficavam contidas em estoques mais características do modelo fordista. A ausência de estoques possibilitou que o consumo se renovasse de forma mais flexível, e os sujeitos poderiam consumir mais em menos tempo. Além disso, estratégias como a redução da vida útil de aparelhos foi bem favorável para uma redução do tempo de giro do capital. Para isto, uma obsolescência planejada reduzia o tempo de giro do consumo das mercadorias, propiciando um ritmo de desenvolvimento econômico muito maior (*ibidem*, p. 148).

Outro mecanismo para o desenvolvimento econômico por meio de uma flexibilização no regime de acumulação foi o de se aproveitar e promover uma fragilização nos padrões de contratação, com a retificação da preferência por trabalhadores fixos e constantes, aderindo as empresas a contratos temporários que utilizavam modelos de trabalhadores como subcontratados, ou em tempo parcial, de contratos temporários ou casuais. Estes são aqueles trabalhadores que podem facilmente ser substituídos, e ocupam uma posição de maior volatilidade dentro do mercado de trabalho, que segundo o geógrafo, considerando todas as evidências já da época em que escrevia seu livro, estavam tendendo para o aumento (HARVEY, 2008, p. 144). Outro grupo que aqui podemos destacar ocupa lugar central quando o assunto é segurança. Geralmente estes cargos são os que cuidam da gerência, projetos, propagandas (*ibidem*) e “esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel.” (*ibidem*, p. 144). No entanto, estes últimos trabalhadores, ocupantes de cargos com maior segurança, em tempos de crises podem ser demitidos e substituídos por profissionais subcontratados.

O empregador, agora respaldado pela flexibilidade dos contratos, consegue com facilidade agir, demitindo ou admitindo funcionários – especialmente os subcontratados – de maneira muito eficiente e sem gerar grandes custos, além de exercer pressões nos sujeitos, que temem sua perda de emprego e a consecutiva substituição por outro que até então esteja refém do desemprego estrutural. Estas pressões dos empregadores sobre os trabalhadores se mantinham em especial pela redução do poder dos sindicatos, inviáveis em virtude do reduzido acúmulo fixo de trabalhadores nas fábricas que possibilitava sua existência (*ibidem*, p. 145). A desintegração dos trabalhadores facilita a manutenção de condições deploráveis de trabalho e, por sua vez, de vida.

Para a consolidação deste regime de acumulação flexível, no campo da ideologia e do consumo passou a se dar atenção a modas passageiras e a um investimento em construir necessidades nos sujeitos (*ibidem*, p. 148). Aqui podemos acrescentar um fortalecimento do *marketing*, que contava agora também com novas tecnologias para a disseminação de gostos e preferências nas maneiras de consumir. O controle da disseminação de informações que corroboraram para a construção de desejos, necessidades ou de gostos, tornará o consumo mais uniformizado e, pelo caráter de mudança constante, transitório. E quem conseguir melhor disseminar estes gostos, terá maior vantagem competitiva. As ações refletiram no desenvolvimento de aspectos como um consumo mais individualizado e em uma sociedade do espetáculo (*ibidem*, p. 169). Segundo Debord (2003), o consumo de cada produto particular vem a ser uma espécie de aproximação ao “consumo total” (DEBORD, 2003, p. 50), sendo cada produto visto como singular, único, ao menos até se

tornar “vulgar”, quando chegar na casa do indivíduo (como já foi elencado também em uma citação de Debord, em uma das primeiras páginas deste trabalho), neste regime de acumulação flexível em que o consumo constantemente se altera, pois vimos que a velocidade do consumo tem de ser coerente com um regime de acumulação, e que neste caso da acumulação flexível o tempo de giro, o retorno dos investimentos, deve ser encurtado.

O setor de serviços ocupou lugar de destaque no regime de acumulação flexível. Isto se deve, em parte, pelo investimento em produtos como eventos, explica o geógrafo, nos quais o giro no consumo é extremamente rápido. Deste modo, os que forneciam estes produtos tiveram aumentados os seus lugares no novo paradigma do capitalismo. Na valorização do setor de serviços e no investimento em construir necessidades, a informação passou a ter lugar privilegiado, tal como a capacidade de tomar rápidas decisões. O sistema de produção flexível precisa focar em solucionar problemas rapidamente, pois o tempo de giro é encurtado e as ações podem variar várias vezes em um mesmo dia. As respostas aos problemas decorrentes de uma queda no valor de ações de uma empresa, por exemplo, precisam de estratégias por vezes especializadas. O conhecimento, deste modo, passou a tomar lugar mais pragmático, tendo seu valor atrelado mais à sua capacidade competitiva.

A centralidade dos Estados Unidos já foi comentada anteriormente, com ocorrências como a ruptura do acordo de Bretton Woods em 1973. Este país, que até aquela época não era dependente de produtos exteriores, passou a realizar importações de países “em desenvolvimento” (*ibidem*, p. 156) em números muito elevados. No processo de pagamento pelos bens e serviços importados, o país acumulou uma dívida que saiu ao seu controle. Bancos japoneses começaram a ganhar força e se tornaram os maiores, deixando de ser o credor do mundo o país norte-americano.

A vitória de candidatos com ideais “neoconservadores”, bem como a ruptura com o Estado do bem-estar social, o que fora de início uma solução momentânea para cortar gastos com vistas a solucionar o contexto de crise, posteriormente foi se enraizando e defendido como uma boa referência (*ibidem*, p. 158), promovendo a consolidação do distanciamento do Estado, sendo este agora destinado a tornar favorável o clima para negócios o ambiente nacional, cuidando de uma certa imagem favorável para atrair investimentos globais e dificultar a saída, por meio de taxações, do capital interno para o exterior.

O neoconservadorismo, ou o neoliberalismo, não produziu bons resultados em vários âmbitos, como em seu aumento no desemprego e nas deficitárias condições de vida que ele promove. No entanto, acrescenta (HARVEY, 2008, p. 161)

[...] vários comentadores têm atribuído sua ascensão a uma mudança geral das normas e valores coletivos que tinham hegemonia, ao menos nas organizações operárias e em outros movimentos sociais dos anos 50 e 60, para um individualismo muito mais competitivo como valor central numa cultura empreendedimentista que penetrou em muitos aspectos da vida.

Aqui alcançamos a questão que nos é central para este tópico: a construção de uma subjetividade empreendedimentista. Conforme comentamos anteriormente, para a consolidação de um determinado sistema capitalista, é necessária a construção de aparatos que corroborem, justifiquem e normalizem seu funcionamento. A valorização de um individualismo competitivo, fomentado pela fragilidade dos contratos de trabalhos que exigiu dos sujeitos uma necessidade de atender às demandas de suas funções maleáveis, a criação de um sujeito que consumisse mais e de forma constante para que atendesse ao menor tempo de giro da produção, que desejasse conforme os interesses do mercado (desejos transitórios para não estagnar seu consumo e não causar prejuízos ao capital) era fundamental para o fortalecimento das camadas de proteção para a fase neoliberal. Mais complexo do que isto, é edificado, em nome do neoliberalismo, um sujeito flexibilizado e administrado, que necessita aceitar condições desmanteladas de trabalho e que vive em uma nova forma de subjetivação, naturalizada ao contexto neoliberal.

### 3. A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NEOLIBERAL

“A nova razão do mundo” (2016), obra escrita pelo professor de filosofia e pesquisador Pierre Dardot e pelo professor de filosofia e escritor Christian Laval após a crise de 2008, enxergando a complexidade e os riscos contidos nas soluções perigosas encontradas pelo neoliberalismo para sua “superação”, já se constitui enquanto uma obra de grande importância, tanto pela abrangência de temas como pelo nível de aprofundamento e rigor admiráveis, transitando pela economia, filosofia, sociologia e psicanálise de forma primorosa.

Consonantes com os autores, é possível compreender que o capitalismo não pode ser separado das antíteses e novas sínteses que o fazem mudar qualificadamente. Estas mudanças estão relacionadas à adesão de novas estratégias, novas formas de sociabilidade e a todos âmbitos da vida (como a relação dos sujeitos consigo, com o outro e com o mundo). Com a renovação do sistema capitalista para um conjunto neoliberal não foi realizada somente uma alteração nas relações estritamente econômicas. Como já vimos, foram desencadeadas mudanças em diversos campos da vida social, assim como na forma de pensar dos sujeitos. Em suma, a partir de (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 8-9)

O sistema neoliberal é instaurado por forças e poderes que se apoiam uns nos outros em nível nacional e internacional. Oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais formam uma coalizção de poderes concretos que exercem certa função política em escala mundial. Hoje, a relação de forças pende inegavelmente a favor desse bloco oligárquico.

Também os autores discorrem sobre o fato de que a fragmentação da classe trabalhadora, bem como a submissão dos sujeitos a elementos como uma competitividade intensificada, a um individualismo altamente concorrencial, a condições precarizadas e a sujeição a avaliação constante exercem condições que acabam por moldar novos sujeitos de um certo tipo. Além disso, Dardot e Laval (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 9) comentam que é edificada e intensificada uma divisão, uma “polarização” entre os que se tornam bem-sucedidos e os que não se tornam, no processo de realização da vida nestas condicionantes de subjetivação, que dissolvem o potencial de desenvolvimento de uma união contra o neoliberalismo, enquanto aglutinam subjetivações interconcorrenciais. O neoliberalismo se constitui, desta forma, não somente como uma nova forma do capitalismo, mas antes de tudo, como uma nova racionalidade que molda sujeitos concorrentes entre si.

Deste modo, a manutenção e resistência do sistema neoliberal ao longo das últimas décadas, para os autores, dá-se não somente pela mobilização ou pelo desmantelamento de instituições ou normas, como “Ele também *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades.” (*ibidem*, p. 14). Fica mais fácil compreender essa racionalidade quando nos voltamos a pronunciamentos como aquele de uma das referências para a política neoliberal na segunda metade do século XX, Margaret Thatcher, que correspondia a dizer que o intuito era mudar a alma, e a economia seria apenas o meio para tal realização (*ibidem*, p. 325). A construção de certas formas de subjetivação, para além de ser importante, é fundamental para a manutenção de um sistema capitalista a longo prazo.

Sob a racionalidade neoliberal, cada um é semelhante a uma empresa. Estão os sujeitos em constante competição uns com os outros, a tomar decisões de maneira a serem mais favoráveis a novos investimentos, sendo mudados e moldados como se fossem uma empresa, obedecendo às leis do mercado e enxergando como intrínsecas características como a competição constante consigo (para dar o melhor de si) e com os outros, que são outros sujeito-empresas. Isto é feito de maneira a, a partir de instrumentos do Estado “[...] governar pela liberdade, isto é, agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que estes venham a conformar-se por si mesmos a certas normas.” (*ibidem*, p. 17). A ação de conformação da subjetividade, convertendo-a em uma lógica de empresa, não é feita sob uma invasão necessariamente clara à vida dos sujeitos. A ação é sutil e cotidiana, por meios como uma padronização da avaliação meramente quantitativa de desempenho, destituída de um olhar totalizante, que acarreta em uma validade ou uma falência do sujeito-empresa a depender de seu desempenho ou do quão atrativo ele é para o mercado. Como consequência, promove-se uma busca constante e naturalizada do sujeito pela melhora de si, visando um aumento de “capital humano” (*ibidem*, p. 28) que deve crescer e não deve se desvalorizar para o

mercado. Este aumento de “capital humano”, como veremos, é realizado a partir de escolhas individuais que possam tornar o sujeito mais “qualificado”, como a busca de cursos que o aprimorem e aumentem sua “empregabilidade” (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 327).

A exaltação neoliberal da responsabilização individual, promovendo-a como elemento que assegura a liberdade (assim como a livre concorrência, a livre compra e venda entre sujeitos consumidores ou uma relação livre de trocas, garante uma espécie de lisura para o processo de estabelecimento de preços no mercado), ocorreu por meio de uma mobilização forte e resiliente. “A economia de mercado só pode funcionar se estiver apoiada numa sociedade que lhe proporcione as maneiras de ser, os valores, os desejos que lhe são necessários. A lei não basta, são necessários também os costumes.” (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 119). O sujeito é fundamentalmente criado em uma racionalidade de concorrência intersubjetiva, para qual o acúmulo de valorização é fundamental rumo a aumentar sua competitividade e, por sua vez, como uma empresa, sua permanência no mercado (ou sociedade neoliberal). O Estado de bem-estar social, que a partir da disseminação das ideias neoliberais passou a ser visto como um entrave ao crescimento econômico, foi posto também ao sujeito como um entrave a seu potencial, incentivando deste modo a concepção de um sujeito forte e de sujeitos autossuficientes, acreditando piamente que “A responsabilidade individual e a caridade em suas diferentes formas são os únicos remédios verdadeiros para a pobreza.” (*ibidem*, p. 118).

A intenção no momento neoliberal para uma impenetrabilidade da sua racionalidade é cooptar, por meio de diversas ações, a subjetividade de maneira profunda. Conforme sintetizam (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 322)

[...] o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer *distância* entre o indivíduo e a empresa que o emprega.

Nem os desejos escapam. Na verdade, é fundamental que se alinhe os dos sujeitos aos da empresa, tornando-os um. O sujeito é mobilizado de forma a acreditar que deve se esforçar cada vez mais pela empresa, que deve se tornar melhor, que deve buscar, por meio de meios próximos, educação, informações, mensagens motivacionais para se sentir mais forte, pois ele veste a camisa, ele veste a empresa, ele é a empresa, e é responsável. “Trata-se do indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos, [...] que procura sobretudo *trabalhar a si mesmo* com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz.” (*ibidem*, p. 327 ). Ele acredita que será bem-sucedido se a empresa assim for, pois ele está ligado a ela de forma que não consegue se enxergar de outro modo sem, antes, ser um sujeito empreendedor, um sujeito empresa de si.

A psicologia em geral, bem como a ética, neste caso, precisam estar a favor do fortalecimento desta nova razão do mundo, construindo nos sujeitos um governo de si que viabilize, com naturalidade, a condição de governáveis e assim prover a empresa de maiores lucros. Há, por necessidade, uma instrumentalização das áreas que teriam o propósito de cuidar da saúde da mente, deturpando-as, destituindo-as de um papel emancipador e as subvertendo a um mecanismo a serviço de uma razão-mundo, trazendo como consequência – ou objetivo – uma instrumentalização do sofrimento, uma vez que pode se colocar o sofrimento como uma questão individual a ser resolvida, ou o transformar em combustível para que o sujeito se esforce mais, produza mais e seja bem-sucedido (tornando, antes, bem-sucedida a empresa). Se ocorrem crises econômicas, é porque não tomaram os sujeitos as devidas precauções administrativas da empresa que ele mesmo é. Mestre de si (*ibidem*, p. 337), é capaz de escolher livremente de forma autônoma: “Os problemas econômicos são vistos como problemas organizacionais, e estes se resumem, por sua vez, a problemas psíquicos relacionados a um domínio insuficiente de si e da relação com os outros” (*ibidem*, p. 337). É uma diminuição do sofrimento psíquico, que se transforma em resultado da inaptidão para lidar com os problemas. A culpa é sempre do sujeito, não se discute sobre as condições para a realização da existência dos mesmos, pois isto terminará por desestabilizar a razão do mundo neoliberal.

A vida dos sujeitos passa a se organizar – em suas escolhas diárias, nos cursos que fará, nas roupas que irá vestir, nos penteados que irá aderir, no vocabulário que irá utilizar – para além das paredes de uma empresa, de modo a se voltar, no limite, ao crescimento da mesma “[...] mais ainda na medida em que a empresa seleciona e avalia de acordo com critérios cada vez mais “pessoais”, físicos, estéticos, relacionais e

comportamentais.” (*ibidem*, p. 338). A respeito disto, podemos talvez aqui pensar no dado de que “De acordo com a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, entre 2014 e 2019, o número de procedimentos de harmonização facial subiu de 72 mil para 256 mil ao ano.”<sup>2</sup>. A estes procedimentos, que fazem parte do setor de estética, podemos nos questionar se o aumento da procura não reflete, ao menos em parte, também a um resultado da tentativa individual dos sujeitos de trazer harmonia para si, em um mundo desarmônico e instável que não mais tem um Estado forte, não a serviço desta razão neoliberal, atuando na proteção dos sujeitos (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 357) e de alguma harmonia socialmente garantida por uma política de bem-estar. E se este aumento na procura também não estaria, por fim e antes de tudo, relacionado a uma tentativa dos sujeitos de permanecerem com boas chances nas avaliações das empresas e nas relações sociais de competitividade generalizada.

Se um sujeito é uma empresa, seu sucesso financeiro, bem como seu fracasso ou endividamento, como vimos acima, é visto como falta de administração dos recursos ou, ainda, dificuldade de realizar boas comunicações com o mercado, falta de um *marketing* atrativo ou algum resultado inesperado advindo de uma reação indevida ou pouco criativa diante de algum risco. Dardot e Laval (2016) nos trazem que, diante da atmosfera instável do neoliberalismo, o dia de amanhã é imprevisível (*ibidem*, p. 339), de maneira semelhante ao preço das ações, podemos elencar, que em um mesmo dia podem variar e ir do céu ao chão. Lidar com riscos é fundamental para as empresas, inclusive para o sujeito empresa de si mesmo. De modo parecido, as crises ou problemas sociais, como desigualdades, passam a ser interpretadas como problemas individuais, como resultado de má gestão das empresas de si mesmos.

Junto a isto, está o risco individual da saúde (*ibidem*, p. 342), que pode ser encarado como setor da empresa de si mesmo, que é responsável pelo seu sucesso ou fracasso e de cuidar do seu bom condicionamento físico e mental. Desta maneira, a falta de saúde é necessariamente parte de escolhas individuais mal sucedidas, de falhas no processo de fortalecer este setor do sujeito-empresa.

Reafirmando, a implementação e adesão de uma razão do mundo vem de um complexo conjunto de forças que corroborem para a construção de uma subjetividade coerente, que por meio de seu trabalho e vida perpetuem a lógica do capital. Parte de “mudar a alma” está ligado à construção e manutenção de uma certa mentalidade, o que pode ocorrer por meio da construção de uma psicologia que seja alinhada à razão neoliberal do mundo. Na citação seguinte, compreendemos que o caráter humanizador da psicologia, focado em trabalhar de forma a tratar e compreender o sofrimento psíquico, bem como outros âmbitos, precisou ser convertida em um caráter produtivo, à hegemonia neoliberal. Segundo (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 350)

A psicologização das relações sociais e a humanização do trabalho caminharam durante muito tempo de mãos dadas, com as melhores das intenções. Ergonomistas, sociólogos e psicossociólogos quiseram dar uma resposta à aspiração dos trabalhadores a viver melhor no trabalho e até mesmo a encontrar prazer nele. Ao mesmo tempo, a dimensão subjetiva tornou-se tanto uma realidade em si como um instrumento objetivo de sucesso da empresa. A “motivação” no trabalho apareceu, então, como o princípio de uma nova maneira de conduzir os homens no trabalho, mas também os alunos nas escolas, os doentes nos hospitais e os soldados no campo de batalha. A subjetividade, feita de emoções e desejos, paixões e sentimentos, crenças e atitudes, foi vista como a chave do bom desempenho das empresas.

A elaboração de uma psicologia motivacional neoliberal age de forma tão sutil que mesmo muitos profissionais não se enxergam como, no limite, forçados a serem reduzidos a meros produtos e reprodutores da nova razão do mundo. Não é aqui intenção, de forma alguma, colocar todos que se dedicam à psicologia em um grupo que unanimemente corrobore para a razão neoliberal. Muito pelo contrário, a existência de muitos profissionais que enxergam as perversidades da nova razão do mundo, ainda que forçados diariamente a corresponder a ela, é tão verdadeira que nos possibilita ter esperança. A psicologia não se

---

<sup>2</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/go/goias/especial-publicitario/tonya-beauty/estetica-avancada/noticia/2021/08/11/a-crescente-procura-por-harmozacao-facial.ghtml>. Acesso em: 03/07/2023.

reduz a uma instrumentalização, mas sua instrumentalização cotidianamente recorrida é parcialmente um recurso para a manutenção da subjetividade-empresa. Mesmo porque os profissionais da psicologia são posicionados no mundo como empresas de si, como todos sujeitos, e assim precisam se enquadrar na lógica do capital caso não queiram ser descartados e ir à falência. No entanto, não se pretende aqui afirmar que não há uma psicologia libertadora e não há possibilidade de uma emancipação dos sujeitos. Este trabalho não tem este objetivo, e também é o que veremos no próximo tópico.

#### 4. O SOFRIMENTO DO SUJEITO PÓS-MODERNO E A QUESTÃO DA EMANCIPAÇÃO

Aqui continuaremos a discussão que já se introduziu sobretudo no tópico anterior em que tratamos do “sujeito neoliberal”, o sujeito administrado, em direta referência ao sujeito-empresa do qual falaram os autores de “A nova razão do mundo” (2016). Apresentamos, em especial no desfecho, a questão de uma instrumentalização da saúde da mente dos sujeitos realizada, por exemplo, a partir da construção de uma psicologia coerente. Neste sentido, inicialmente falaremos neste tópico sobre o sofrimento psíquico ocasionado (e gerenciado) na fase neoliberal do capital, que é tanto medicalizado (ou tratado), como levado a ser interpretado como algo individual e culpa do próprio sujeito, utilizando principalmente a obra coletiva “Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico” (2020) como referência. Dado nosso curto tempo e páginas, considerou-se elencar aqui os temas da ansiedade e do “sofrimento” da depressão, presentes na subjetividade pós-moderna, para discutirmos questões relativas ao sofrimento dos sujeitos deste tempo, através dos estudos realizados e das conclusões observadas nas pesquisas para a feitura deste trabalho, como veremos à frente. Em uma segunda parte neste tópico falaremos sobre uma emancipação deste sujeito, partindo-nos centralmente de contribuições de Ignacio Martín-Baró (2017) e passando por reflexões de Dardot e Laval em “A nova razão do Mundo” (2016), visando elencar uma perspectiva alternativa para uma subjetividade não gerenciada na racionalidade neoliberal pois, como veremos, está o sujeito imerso em um contexto que lhe acomete de condições deficitárias para uma saúde mental que não esteja a serviço desta “razão” própria da pós-modernidade.

Uma matéria realizada pela *British Broadcasting Corporation (B.B.C.)* em abril de 2023, intitulada “*AI anxiety: The workers who fear losing their jobs to artificial intelligence*”<sup>3</sup>, discute o tema das novas tecnologias de Inteligência Artificial e a ansiedade gerada pela incerteza em trabalhadores que temem sua substituição. Foram entrevistados alguns sujeitos que sofrem diante da instabilidade nas suas carreiras, dada a expressiva incerteza em virtude da ascensão das novas tecnologias. Na matéria da corporação britânica, para auxiliar os profissionais são convocados alguns outros profissionais, como *coaches* de carreira e especialistas em rh. Estes últimos auxiliam os sujeitos no que se refere a como se posicionarem para o mercado e a como agir diante das mudanças atuais, individualmente.

Uma das mensagens, de um dos profissionais “conselheiros” consultados é a de que os sujeitos entrevistados devem focar em melhorar suas habilidades, em vez de ficar ansiosos, pois se sentirem ansiosos no lugar de melhorar a si mesmos pode os prejudicar mais do que a Inteligência Artificial. O controle de sentir a ansiedade, neste sentido, é atribuído ao sujeito. O sofrimento é abordado como se fosse algo de responsabilidade individual, tanto no fato de sentir como nos meios para “superar”. Os conselhos na matéria como um todo se resumem a dizer que os sujeitos ansiosos devem focar em se manter bem e investir na sua qualificação, em aprender coisas novas e a dizer que os sujeitos podem se adaptar caminhando junto com a tecnologia, trabalhando com ela (conselhos para manter de portas abertas a empresa de si). O sofrimento não é dotado de um olhar para sua compreensão, mas neste caso a ansiedade relacionada aos impactos da Inteligência Artificial deve ser vista como uma oportunidade do sujeito-empresa que já vimos com Dardot e Laval (2016), que por sua vez é altamente flexibilizado no neoliberalismo, qualificar-se, como se a antítese no mundo fosse sempre vista como uma oportunidade de adquirir uma melhor qualificação enquanto sujeito, superando a si mesmo. No entanto, esta qualificação atende, em suma, aos interesses capitalistas. O sujeito é aconselhado a encontrar alternativas para trabalhar de formas distintas, a seguir em frente de formas mais estratégicas, pois assim ele estará no caminho mais certo para ser bem-sucedido. O sofrimento é um

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/worklife/article/20230418-ai-anxiety-artificial-intelligence-replace-jobs>. Acesso em: 03/07/2023

instrumento bastante útil, podemos também observar por meio do exemplo, para a manutenção da razão do mundo estabelecida.

Os *coaches* não são necessariamente profissionais que se posicionam como da saúde mental, e nem se aproximam de um trabalho rigoroso como o exercido por um psicólogo. Mas mesmo este último está submetido a uma racionalidade que torna o sofrimento um meio para a manutenção do sucesso capitalista. Enquadrar nas linhas objetivas e objetivantes de manuais os sintomas ou os sofrimentos como doenças catalogadas a serem objetivamente medicalizadas pode ser também uma estratégia, conforme mostram Safatle *et al.* (2020), bastante interessante para o neoliberalismo. Esta ação pode ser ainda mais impactante no longo prazo, tanto pela sutileza, como por sua base normativa, uma vez que seria uma boa forma de limitar o sofrimento, por exemplo, os condicionar a tratamentos objetivos, excluindo que se possa encarar "casos" de "patologias" como manifestações humanas a condições inviabilizantes à expressão de desejos cooptados ou reprimidos pela racionalidade neoliberal respaldada por "normas" diagnósticas. Não queremos dizer que doenças psíquicas não existem. Elas existem e é de fundamental importância procurarmos auxílio de profissionais qualificados, humanizados e responsáveis para cuidar da saúde da mente, da mesma forma que procuramos médicos para cuidar da saúde do corpo. Mas uma objetivação do sofrimento em linhas gerais, ou melhor, uma instrumentalização deste de uma maneira geral, como estamos vendo, pode também ser um recurso utilizado a favor da razão neoliberal, e também por isto devemos procurar auxílio profissional de sujeitos críticos, comprometidos mais com a humanidade do que com o desempenho adaptável e produtivista.

Segundo os autores de "Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico", este sistema capitalista se dispõe também "como uma forma de vida" (SAFATLE *ET AL.*, 2020, p. 9), articulando "moral e psicologia, economia e direito, política e educação, religião e teologia política, propondo um tipo de individualização baseado no modelo da empresa." (*ibidem*). Aqui podemos visualizar uma ampla coerência com aquilo que Dardot e Laval (2016) diziam a respeito de uma construção da subjetividade a partir da empresa, convertendo cada sujeito em "empreendedor" imerso em uma razão do mundo específica, que mobiliza inclusive a psicologia e a ética para promover o desempenho favorável às empresas.

A interpretação do sofrimento psíquico, como por exemplo no que tange a sua causa (se ela é de fora do sujeito ou advinda de dentro, por exemplo), "[...] imputando-lhe razões naturais ou artificiais, agregando-lhe motivos dotados ou desprovidos de sentido, muda literalmente a experiência mesma de sofrimento" (*ibidem*, p. 11) é de fundamental importância para determinar quais são os sintomas deste sofrimento, e por sua vez pode impactar na determinação de que ele é reversível ou não clinicamente.

Conforme elencam em páginas posteriores também (SAFATLE *ET AL.*, 2020, p. 197):

Sintomas são também formas de resistência, por isso a pesquisa sobre a gênese e a emergência de novas formas de sofrimento é uma investigação que localiza modalidades de crítica e de resistência social. Sintomas são uma forma de responder ao Outro assim, como uma maneira de extrair um fragmento adicional de gozo.

O foco neoliberal não é abordar o "sofrimento psíquico" como algo a ser compreendido subjetivamente, dando atenção à pessoa, mas focar em soluções individuais para a retomada da produção do "sujeito-empresa". Não importa se sua realidade reprime seus desejos e o cerceia. Na verdade, somente importa que seus desejos sejam devidamente gerenciados e a possibilidade de alguma autenticidade reprimida. Os desejos, como vimos com Dardot e Laval (2016) têm de ser os da empresa, pois o sujeito tem que ser parte dela. Assim, qualquer comportamento que seja gerador de ineficácia, deve ser medicalizado ou tratado rapidamente, pois a pós-modernidade é acelerada, como já vimos também em Harvey (2008).

Sob esta mesma lógica, a exemplo, a depressão é atribuída a um estado disfuncional e contraproducente, dado que sua expressão se vincula a um "momento" de reduzida motivação e queda na produção do sujeito-empresa. Para isto, trata-se da depressão de forma análoga com a que se trata de um período de depressão na economia, com soluções objetivas e que visem uma reanimação do mercado. A medicalização para a depressão, deste modo, buscou-se também fármacos que atuem no organismo de forma a tornarem o sujeito mais motivado e eficiente nas tomadas de decisões, como o Wellbutrin (bupropiona)- 1985, o Remeron (mirtazapina)- 1996 e o Brintellix (vortioxetina)- 2013 (SAFATLE *ET AL.*,



2020, p. 193). Conforme seguem os autores, estes medicamentos também reduzem a ansiedade, inicialmente comentada.

O sujeito pós-moderno e sua relação por vezes intoxicante à manifestação de humanidade resguardada pelos novos fármacos também foi comentada por Bauman, trabalhado no primeiro tópico deste trabalho, e aqui se mostra cabível elencar que “[...] os homens e mulheres são naturalmente tentados a reduzir a complexidade de sua situação a fim de tornarem as causas do sofrimento inteligíveis e, assim, tratáveis.” (BAUMAN, 2011, p. 39). Dada a multilateralidade, a multidisciplinaridade adotada pelo capitalismo para moldar uma forma de viver contribuidora para ele, aqui vista na obra de Harvey, de Dardot e Laval e agora também com Safatle *et al.*, são criados os sujeitos para acreditarem que seus sofrimentos podem ser facilmente tratáveis, e que o sofrimento é problema seu, pois ele é um indivíduo autônomo e “verdadeiramente livre”, como o mercado.

É acrescentado também em “Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico” algo considerado importante de ser destacado, pela síntese que realiza sobre o tema no parágrafo acima tratado (SAFATLE *et al.*, 2020, p. 193-194):

A depressão herda assim a figura social do fracassado, do inadequado, daquele que não consegue se ajustar a normas e regras, mas com um detalhe: isso não é mais percebido como um princípio de rebelião, greve ou oposição, mas simplesmente como uma determinação relativamente “externa” que o impede e o inibe desde seu próprio cérebro.

Esta nova narrativa de sofrimento individualiza o fracasso, na forma da culpa, sem interiorizá-lo na forma de conflitos. Com isso ela consegue isolar completamente a dimensão política, das determinações objetivas que atacam nossas formas de vida, redimensionando trabalho, linguagem e desejo, do sofrimento psíquico.

Os aspectos trabalhados no primeiro tópico deste trabalho, onde se dedicou a trabalhar a subjetividade na modernidade líquida, a partir de Bauman (2011) não por acaso são convergentes com aspectos presentes neste “sujeito depressivo”, bem como no “sujeito que sente ansiedade”. A partir do que aqui pudemos compreender, um processo histórico – ou um conjunto de processos na história – que envolveu as mais diversas áreas relacionadas à vida, configurou-se de maneira gerenciada para conformar um novo sujeito inconformável, que sofre com a instabilidade, que precisa se voltar para uma atualização constante de si no consumo de tempo de giro encurtado, bem como culpado pelos “seus” fracassos. Aqui, não queremos atingir a máxima de que o sujeito pós-moderno está doente, mas a pós-modernidade é insalubre, e isto é parte do processo que se utiliza da simbiose sutilmente forçada da empresa na subjetividade a favor da própria continuidade capitalista. E aos sujeitos, entendamos, não somos sócios e não devemos ser concorrentes. Esta compreensão do sujeito sobre si corrobora para a rejeição da união e favorece acordos (temporários como a acumulação flexível) meramente pragmáticos, que no fim vêm a servir “A empresa”.

Em “Crítica e Libertação na Psicologia” (2017), sobretudo no capítulo “Guerra e Saúde Mental”, o texto do psicólogo social e filósofo Ignacio Martín-Baró trouxe importantes contribuições para a maneira de pensar a saúde dos sujeitos. Apesar deste autor não corresponder à corrente da psicanálise, como Christian Dunker anteriormente citado entre os autores de “Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico” (2020), julgou-se aqui cabível, em virtude de suas contribuições coerentes com ideias contidas e ideias defendidas neste trabalho de um modo geral, trazer exposições deste psicólogo defensor das lutas populares por mudanças sociais para a superação das desigualdades, que também ficou conhecido por ser um crítico da Psicologia Hegemônica e voltar seu olhar e luta para a mudança social na sociedade desigual.

O ambiente em El Salvador no ano de 1979 foi marcado pela exaustão de organizações populares em transformar a sociedade desigual de forma pacífica, tendo sofrido sucessivas repressões políticas “[...] pelo exército e por agrupamentos paramilitares financiados e apoiados pela Política de Segurança Nacional dos Estados Unidos.” (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 10). A história de repressão política, no entanto, podemos compreender, inicia-se bem antes, em 1932.

Martín-Baró, conforme podemos compreender a partir de “Crítica e Libertação na Psicologia” (2017) se preocupava com os processos de transformação social e a relevância da psicologia e a importância de seu papel revolucionário, analisando para tanto as possibilidades de uma emancipação do sujeito e do povo da sua realidade caótica. A obra desse intelectual nos mostra que o contexto histórico no qual um sujeito vive deve ser levado em conta de modo fundamental ao buscarmos entender a questão da sua saúde mental. A guerra, por exemplo, aos cidadãos salvadorenos trouxe consequências. A propósito, a guerra, conforme nos explica, é o acontecimento que causa consequências mais profundas nos sujeitos, tendo em vista a magnitude catastrófica e econômica, e por trazer consigo a ausência de racionalidade e de humanidade. Martín-Baró propõe analisar a saúde mental sob uma perspectiva que investiga de fora para dentro do sujeito, como materialização “[...]do caráter humanizador ou alienante de uma estrutura de relações históricas.” (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 295).

O intelectual chama atenção que pode parecer um tanto superficial e secundário falar em saúde mental quando se tem problemas como desemprego, fome e pessoas desalojadas. Pode parecer um distanciamento das necessidades reais dos sujeitos e de um povo falar de “saúde mental” quando há sujeitos morrendo violentamente e sem uma alimentação minimamente adequada (*ibidem*, 296). No entanto, afirmar enquanto secundário o olhar para a saúde mental é resultado de uma visão limitada do que vem a ser a saúde da mente. Este olhar limitado, compreendemos com o autor, está relacionado a um entendimento da mesma como sendo a ausência de transtornos ou falta de um funcionamento positivo do organismo. Visão que reduz a saúde mental a aspectos individuais, de sujeitos bem adaptados ao meio, sem a presença de significativas alterações. “Normal” seria, neste sentido, característica daquele sujeito que realiza suas tarefas profissionais cotidianas sem apresentar alucinações, por exemplo (*ibidem*, 296). Este psicólogo comenta que a saúde mental entendida deste modo de fato pode ser enquadrada como algo de parcial importância, um problema secundário, tendo em vista que antes de tratar de alucinações a comunidade precisaria pensar na sobrevivência de todos, em especial diante de situações de crise, como a de uma guerra. Além disso, sob esta perspectiva, elenca o autor, o transtorno mental atinge uma reduzida porcentagem de indivíduos, dada a visão de que a maior parte dos sujeitos pode ser enquadrada como dotada de sanidade mental, justificando a secundariedade do problema.

No entanto, este filósofo nos explica que a saúde mental pode ser compreendida de forma mais ampla, para além de uma compreensão do ser humano como organismo individualizado, desprezando-o como ser da história que realiza sua existência a partir de relações em sociedade. Se considerada for, deste modo, a importância das relações e do contexto histórico para a compreensão de ser humano, e não somente reduzida a um organismo individual, a saúde mental passa a ser um problema fundamental (*ibidem*, p. 298). Ainda que cada sujeito tenha distintamente manifestações ou estados, a saúde psíquica pode ser mais do que um estado de um indivíduo, mas referente à forma com que os sujeitos se relacionam, realizam sua existência.

Martín-Baró relata que observou, em contato com grupos de camponeses que perderam seus lares pela guerra, ações que demonstraram sinais daquilo que seria delírio paranoide, como estado constante de alerta, aumento das formas de vigilância, desconfiança com relação a sujeitos externos, e grande atenção nos gestos das pessoas ou nas palavras proferidas, a fim de identificar eventuais riscos. Explica ainda que quando se conhece as circunstâncias nas quais vivem os sujeitos, as situações pelas quais passaram e a falta de defesa, por exemplo, entende que o comportamento de alerta e a grande desconfiança não se tratavam de um delírio advindo de ansiedades, mas uma resposta esperada diante do contexto anormal que eram obrigados a enfrentar na realização da sua existência. Seria como uma reação intimamente ligada à realidade. (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 300).

Esta perspectiva, que considera a saúde ou os transtornos da mente consequências e integrantes das relações ocorridas na sociedade, conforme comenta Martín-Baró, possibilita uma compreensão não estritamente psicopatologizante e positivista, viabilizando a análise do impacto sobre a saúde mental dos sujeitos ou de grupos como fundamentalmente vinculada a processos que modificam substancialmente as formas de relações, como “crises socioeconômicas ou guerras”. (*ibidem*, p. 301). Não foi a intenção do autor, no entanto, incorrer em um “reducionismo social”. Muito pelo contrário, enuncia (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 300) que

É importante destacar que não pretendemos simplificar um problema tão complexo como o da saúde mental negando o seu

enraizamento pessoal e, evitando um reducionismo individual, incorrer em um reducionismo social. Em última análise, sempre devemos responder à pergunta de por que este sim e aquele não.

Suas proposições tinham como intenção, na verdade, também fornecer uma outra perspectiva, que não se limitasse a centrar o olhar para as questões de saúde mental como de dentro para fora que pudesse, por sua vez, aproximar-se de um olhar positivista para a saúde, mas chamar atenção para a importância de pensar a saúde da mente a considerar as condições históricas dos sujeitos, pois se elas estão desfavoráveis a uma saúde “normal”, é fundamentalmente importante que para esta se volte atenção no que tange também às maneiras pelas quais ela pode se tornar possibilitadora de maior saúde.

A saúde psíquica de um povo está intimamente ligada a relações humanizadoras, para o intelectual. Deste modo, conforme conclui (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 313- 314)

Se a base da saúde mental de um povo encontra-se na existência de relações humanizadoras, de vínculos coletivos nos quais e pelos quais se afirma a humanidade pessoal de cada um e não se nega a realidade de ninguém, então a construção de uma sociedade nova ou, pelo menos, melhor e mais justa, não é somente um problema econômico e político; é também, e por princípio, um problema de saúde mental. Não se pode separar a saúde mental da ordem social, isto por causa da própria natureza do objeto de nosso fazer profissional.

Em relação ao papel do psicólogo social, Martín-Baró comenta da sua importância para contribuir com o desenvolvimento de um pensamento crítico, auxiliando a "desmantelar o discurso ideológico que oculta e justifica a violência." (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 289). Além disso, comenta que a psicologia social pode contribuir para a construção de uma consciência coletiva humanizadora, "um novo 'senso comum' " (*ibidem*). O psicólogo deve, para este autor, contribuir para a transformação do futuro. Tal missão, partindo-nos aqui mais uma vez de Dardot e Laval, não é possível sem que a razão que orienta o mundo, a “razão-mundo” (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 15) seja alterada, em virtude da ação estrutural e internalizante que a mesma promove nos sujeitos através, também, de uma psicologia hegemônica corroborante. Psicologia hegemônica esta que Martín-Baró criticava, e assim propunha mudanças através de uma diferente abordagem da saúde psíquica que se relacionava intimamente com uma sociedade mais justa.

O sofrimento psíquico do qual também falaram Safatle *et al.* (2020), que é administrado pelo neoliberalismo se utilizando de mecanismos normativos para a construção, dentre outras coisas, de uma psicologia hegemônica a favor do neoliberalismo, mostram-nos a importância de serem concentrados esforços para uma revisão, a nível de abordagem e a nível de elaboração de normas, para atender questões relativas à saúde da mente com o intuito de melhorar a vida dos sujeitos, não para a continuidade do funcionamento neoliberal. Uma emancipação dos sujeitos está indissociável de uma reavaliação do olhar para o sofrimento psíquico dos pós-modernos, que pode contribuir para uma libertação do sujeito administrado.

A síntese de (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 392) é precisa, neste sentido

O governo dos homens pode alinhar-se a outros horizontes, além daqueles da maximização do desempenho, da produção ilimitada, do controle generalizado. Ele pode sustentar-se num governo de si mesmo que leva a outras relações com os outros, além daquelas da concorrência entre “atores autoempreendedores”. As práticas de “comunicação” do saber, de assistência mútua, de trabalho cooperativo podem indicar os traços de outra razão do mundo. Não saberíamos designar melhor essa razão alternativa senão pela razão do comum.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado acima, com este estudo podemos compreender que fica evidente a atualidade do discurso de Martín-Baró, da importância de um olhar para as consequências psíquicas que vai “de fora para dentro”, bem como da abordagem do sofrimento psíquico como algo indissociável de ser pensado também a partir das condições materiais de cada sujeito ou grupo. Entendemos também a necessidade de pensarmos na insustentabilidade deste “regime de acumulação” da pós-modernidade. Visualizamos a necessidade de uma compreensão do sofrimento dos sujeitos que transponha aquelas atitudes que no limite são incentivos ao desempenho e a performance como forma de ser bem-sucedido, feliz, realizado e saudável.

As relações humanizadoras das quais falou Martín-Baró parecem pouco viáveis em uma lógica que transforma sujeitos em empresas, em que a “emancipação” ou “liberdade” dos mesmos é atribuída a uma liberdade de competir, de procurar por um emprego melhor, em um conjunto de aparatos que produzem “desejos empresariais” como já vimos, induzindo-nos a acreditar que os contratos fortes e o respaldo do Estado são elementos contidos em uma razão-prisão, como se fornecer assistência ou benefícios sociais é que fosse atributo de uma razão do mundo autoritária. Mostra-se contraditório pensar em relações humanizadoras se a base da razão do mundo neoliberal está em relações de competição e concorrência.

Uma nova razão do mundo, que não se apodere dos desejos dos sujeitos com mensagens motivacionais, que não faça cada um se enxergar apenas como capaz de produzir mais, capaz de ser bem-sucedido por meio de um esforço constante para aumentar o “capital humano”, visando a canalização de nossas energias para a manutenção da dominação dos que se beneficiam do discurso neoliberal, mostra-se necessária. A drenagem da subjetividade, a criação de desejos, a ruptura de si consigo mesmo em nome de um crescimento do “capital humano” que favorece o capitalismo sobretudo, torna desfavorável a saúde psíquica do sujeito e da comunidade.

Este estudo pode nos auxiliar a compreender que os sofrimentos, as ansiedades, a frustração, o sentimento de não sermos suficientes, estão para além do nosso controle, e em certas vezes, alguns “sintomas” que apresentamos podem ser resistências, relutâncias a uma realidade sufocante. A considerar que nossa saúde psíquica em uma razão de mundo que nos converte em empresas é pouco viável, aparentemente a resposta está em alterar a forma com a qual funcionam os mecanismos usados a favor do neoliberalismo, que por sua vez moldam uma subjetividade que o perpetua.

O sofrimento, que também pode estar vinculado a uma resistência do sujeito, como vimos, é algo comumente administrado no neoliberalismo, convertido como fonte para energizar os computadores que mantêm ativas ações algorítmicas, transações voláteis e flexíveis. Considerando que a subjetividade pós-moderna é administrada, uma emancipação para os sujeitos está, como vimos, também intimamente ligada a um olhar humanizado para o sofrimento que se liga diretamente a promover condições de vida humanizantes e não meramente “empreendedoras”. Sermos meros sócios é um bom meio para sermos administrados.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda. Edição eletrônica, julho de 2011. Tradução de: Plínio Dentzien. Disponível em: [https://lotuspsicanalise.com.br/biblioteca/Modernidade\\_liquida.pdf](https://lotuspsicanalise.com.br/biblioteca/Modernidade_liquida.pdf). Acesso em: 03/07/2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1º ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. Tradução de: Mariana Echalar. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Dardot.%20Pierre/A%20nova%20razao%20do%20mundo%20-%20Dardot.%20Pierre.pdf>. Acesso em: 03/07/2023.

DE ASSIS GUERRA, Elaine Linhares. Do fordismo à acumulação flexível: uma análise sobre as mudanças nos papéis dos atores sociais relevantes. **Educação & Tecnologia**, v. 5, n. 2, 2010.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Projeto Periferia, 2003. *Ebook*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>. Acesso em: 03/07/2023.

FELICIANO, P. DE L. Q.; PEIXOTO, T. C. **A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NA PÓS-MODERNIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA**. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, v. 4, n. 8, p. 61-77, 16 dez. 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11° ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006. Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 17° ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Guerra e saúde mental. *In: Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis: Vozes, 2017, Coleção Psicologia Social. Organização, notas e tradução de: Fernando Lacerda Júnior.

SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, N. S.; DUNKER, C. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 1° ed. São Paulo: Martin Claret, 2013. Tradução de: Mário Moraes (Coleção Obra-Prima de cada autor).